

Introdução

Este trabalho se propõe a abordar as contribuições de Winnicott buscando nelas ferramentas críticas significativas para o contexto social contemporâneo. Partindo da análise foucaultiana das relações de poder na modernidade e também da crítica sociológica de Castel, que aponta para a banalização do desamparo na atualidade, o pensamento de Winnicott se apresenta como contraponto, na medida em que questiona tanto a inevitabilidade dos processos de regulação da vida para o estabelecimento da sociabilidade humana quanto o desamparo como aspecto central do processo de subjetivação. Meu objetivo é usar Winnicott como autor que abala a suposição de uma entrada do indivíduo na cultura que passaria necessariamente pelo seu confronto com a falta e com as coerções sociais, o que talvez nos permita um olhar sobre a subjetividade bastante distinto daquele que hoje domina o cenário social. Na busca de alternativas para as dificuldades do presente, relaciono também a reflexão winnicottiana com as últimas contribuições de Foucault a cerca do cuidado de si e da ética entendida como liberdade, tentando estabelecer as possíveis aproximações e divergências entre os dois autores.

Os motivos que me levaram a essa proposta provém de experiências variadas que em conjunto compõem o contexto de onde emergem as questões que pretendo abordar. Em primeiro lugar me inquietava o contraste entre, por um lado, a opinião de alguns colegas psicanalistas segundo a qual o sujeito contemporâneo teria um narcisismo magnificado, estando supostamente imerso numa cultura hedonista e permissiva, que não o confrontaria suficientemente com a alteridade e com as regras sociais¹, e, por outro lado, a minha prática clínica como analista de crianças e coordenadora de grupos de reflexão em creches e escolas.

Na observação das relações precoces entre os pais e seus bebês, eu detectava, ao contrário, uma nova subjetividade exposta desde cedo a uma realidade muito pouco afinada com suas primeiras necessidades. Adultos às voltas com as difíceis transformações no mundo produtivo pareciam confrontar de saída o narcisismo de seus bebês com muitas frustrações, repassando para eles a

¹Pude encontrar uma opinião semelhante a esta, que ouvia em conversas informais com colegas, também em vários trabalhos publicados, dentre os quais posso citar o de Birman (1999), Enriquez (2002) e Prata (2002).

experiência de desamparo que vivenciavam na esfera do trabalho. O medo constante de desemprego por parte desses pais os levava, com frequência, não somente a estarem efetivamente menos disponíveis para seus bebês pequenos (super-envolvidos que estavam com suas atividades laborais), como também a reproduzirem, nas expectativas educacionais a eles dirigidas, a dura exigência de competência e desempenho que vivenciavam em suas relações profissionais. Isso era visível no modo como esperavam da creche e da escola integral que preparassem a criança precocemente para a autonomia, oferecendo-lhe também o máximo de atividades (inglês, informática, ballet, judô, estimulação psicomotora e etc...) tidas como necessárias para formar o quanto antes as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho. Assim a criança deveria adaptar-se desde o início a um contexto educacional onde era cercada por fortes solicitações performáticas, sendo, por vezes, muito pouco acolhida em seus primeiros anseios afetivos.²

A idéia de um sujeito cercado pelo excesso de estimulação narcísica e pelo atendimento ilimitado a suas demandas de satisfação parecia então ser apenas um dos aspectos de uma realidade social bastante contraditória a esse respeito. É certo que o apelo hoje maciço ao consumo podia dificultar a firmeza desses mesmos pais na hora de dizer não e frustrar seus filhos em momentos mais tardios do desenvolvimento. Contudo a questão era no mínimo mais complexa do que se podia imaginar, uma vez que havia também uma nítida dificuldade em acolher satisfatoriamente a dependência nos primórdios da vida subjetiva. O mesmo modelo de um profissional independente, que não precisasse mais da consistência dos empregos e suportes sociais, chegava até essa criança que deveria, desde cedo, dispensar o suporte de seus pais, aceitando que eles fossem substituídos por técnicos e profissionais, capazes de liberá-los para o trabalho intenso.

A afirmação, freqüente entre colegas, de que nossa cultura falharia sobretudo em proporcionar ao indivíduo a sua medida de frustração necessária ao processo de constituição subjetiva, contrastava também com o que eu observava na clínica de adultos. Embora, como sabemos, os apelos recentes da propaganda, do consumo e das novas tecnologias nos vendam freqüentemente a idéia de uma possível satisfação plena e de um prazer ilimitado, a incerteza em relação ao

²A relação entre as recentes transformações no mundo do trabalho e as mudanças na forma de experimentar a parentalidade, implicando o ideal de uma criança precocemente autônoma, foram o tema de minha dissertação de mestrado defendida na PUC-RJ em janeiro de 2003 intitulada *Trabalho e parentalidade: interferências do mundo da produção no ambiente facilitador*.

próprio trabalho- sendo este ainda um meio fundamental de reconhecimento, não claramente substituído por outro em nossa cultura - parecia gerar entre vários de meus pacientes um choque permanente de realidade. A dificuldade de inserção e estabilidade profissional parecia produzir uma ferida narcísica aberta e dolorosa que se somava às dificuldades específicas da história singular de cada um.

Ao mesmo tempo, boa parte dos pacientes que me chegavam apresentavam por trás de uma aparente fachada narcísica, uma experiência de vazio extremo e futilidade existencial que tentavam apenas compensar com consumo, excesso de trabalho e preocupação com a imagem corporal. Confundiam-se a tal ponto com as demandas externas que pareciam perder quase todo o contato com aquilo que realmente queriam para si, caindo por vezes em angústias extremas, pânico ou reações somáticas de maior ou menor gravidade. Essa ausência de uma experiência básica de existência pessoal, capaz de sustentar um nível mínimo de diferenciação em relação às solicitações externas, sugeria, não tanto a ausência de frustrações e limites, mas falhas muito primitivas do ambiente que afetavam sua possibilidade de construir um sentimento fundamental de ser. Era possível então suspeitar que a negação narcísica por parte desse novo sujeito de toda e qualquer falta e privação fosse, talvez, uma defesa secundária diante da falta maciça de suportes com que se deparava tanto na infância como também na vida adulta.

Nesse contexto Winnicott me atraiu como autor que embora reconheça a importância das frustrações a partir de certo momento do processo maturacional, reinsere paradoxalmente as mesmas num campo de acolhimento à vitalidade criativa dos sujeitos, sinalizando ao mesmo tempo para toda uma área sutil da experiência não referida à falta e ao desamparo. Nesta área haveria uma clara possibilidade de continuidade transicional entre o indivíduo e seu ambiente. O autor nos permitiria com isso questionar um discurso bastante comum nos meios psicanalíticos, que enfatiza sobretudo a necessidade do sujeito confrontar-se com seu desamparo para chegar a se constituir, discurso este que, possivelmente, se mostraria incapaz de questionar a mensagem fundamental de aceitação da precariedade transmitida hoje pela sociedade (e em especial pelo mundo do trabalho). Como problematizar, em matizes mais sutis, o que falta ao sujeito para chegar a existir e ganhar autonomia, podendo assim, em certo momento experimentar conflito em suas relações? Dizer que lhe faltaria fundamentalmente

a própria falta significava para mim negar a questão central de sua dependência em relação aos suportes ambientais. Fui então movida pela necessidade que sentia de uma mudança significativa de ênfase: da falta para a presença, no processo de constituição subjetiva, o que Winnicott me pareceu fazer muito bem.

Uma outra experiência significativa que me levou à proposta aqui apresentada foi o contato com o pensamento de Michel Foucault. Na medida em que este autor (1976a) nos mostrou como certas relações de poder pouco equilibradas realizam um movimento de apropriação permanente da vida, ele parece nos indicar que as formas de resistência política se encontrariam em formas de vida não apropriadas, onde a subjetividade se manifestaria em um processo constante de auto-criação, processo este que não contradiz, mas, ao contrário, se apóia nas relações sociais. Por outro lado o autor não nos deixa uma clara teorização sobre esse modo de viver mais espontâneo e livre que indiretamente estaria propondo. Ainda que em suas últimas reflexões Foucault procure situar historicamente certas experiências de liberdade vividas no mundo antigo e em algumas formas de amizade contemporâneas, foi Winnicott quem explicitamente se dispôs a pensar a espontaneidade e a criatividade, ligadas ao mesmo tempo aos processos internos da vida e ao ambiente onde o sujeito se insere. Eu me perguntava, então se a reflexão winnicottiana sobre as condições facilitadoras que permitem o desenvolvimento de certas tendências naturais não poderia oferecer um complemento necessário para a concepção crítica de Foucault a respeito das relações de poder cristalizadas que congelam a vida e a criatividade.

Se por um lado Foucault denuncia a pretensão científica moderna de conhecer definitivamente os anseios humanos como se estes fossem essências universais, apontando para a função normativa dos saberes modernos, sua reflexão sobre as resistências políticas nos remete certamente à importância de compreender o que seriam esses corpos e essa vida, livre daquelas invasões que se apropriam de sua multiplicidade criativa. É aí que Winnicott despontaria como autor que ao mesmo tempo em que reconhece a permanente construção do indivíduo nas relações singulares com o ambiente, sugerindo assim uma subjetividade também historicamente produzida, não deixa de apontar para certas necessidades humanas que precisariam ser atendidas pelo ambiente familiar e social.

Se tanto Winnicott quanto Foucault nos indicam a importância de um resgate da vida criativa, eles o fazem, como sabemos, em contextos diferentes de trabalho e reflexão. Winnicott a partir da clínica psicanalítica, Foucault a partir da filosofia e da análise das relações de poder. De que maneira então o estudo das contribuições dos dois autores nos ajudaria a estabelecer uma ponte possível entre as questões subjetivas encontradas na clínica e os impasses da vida política? Foucault nos permitiria talvez politizar o tema do ambiente facilitador, estendendo-o muito além da relação mãe-bebê, ao pensar as resistências ao poder no plano mais amplo dos bons encontros sociais que ele chama de “amizades” (Foucault, 1981b). Veremos, nesse sentido, como, em sua compreensão da amizade, o outro se oferece não como aquele que vem confrontar o narcisismo de seu parceiro, expondo-o dessa forma a um desamparo constitutivo, mas se apresenta numa área de relativa continuidade, onde emerge a criatividade compartilhada e recíproca, em relações de poder mais equilibradas. Ora, esta área me pareceu bastante próxima daquilo que Winnicott entende como sendo o *espaço transicional*. Com tal conceito esse último autor explora os meandros dessa continuidade possível entre o interno e o externo, o que nos ajudaria a compreender mais de perto os processos subjetivos envolvidos na proposta política concebida por Foucault em torno da amizade.

Na crítica que eu desejava fazer à banalização do desamparo na sociedade atual, era fundamental buscar autores que questionassem o pressuposto de uma inserção do sujeito na cultura necessariamente calcada no confronto antagônico com a alteridade. Nesse sentido, a concepção do último Foucault acerca de um indivíduo que se torna ético não por coerção externa, mas pela experiência de liberdade sustentada em suas relações sociais, complementava a crença winnicotiana numa capacidade de concernimento e preocupação com o outro que depende do atendimento pelo ambiente às necessidades subjetivas e não de sua frustração. Entender, com esses dois autores, a ética e o cuidado de si como um anseio interno, que pressupõe ao mesmo tempo condições externas capazes de lhe dar sustentação, seria então uma maneira de questionar o antagonismo indivíduo/sociedade, tantas vezes assumido em certas práticas e discursos que parecem

promover a frustração³ como veículo fundamental de socialização.

O abandono por parte do psicanalista inglês do conceito freudiano de pulsão de morte despontou também para mim como uma mudança fundamental que permitiria talvez abalar o referido antagonismo. Principalmente em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930) identifica a força agressiva ligada a esta pulsão como a principal ameaça que os indivíduos oferecem à civilização e à sociabilidade humana, de onde a necessidade de confrontá-los com regras sociais que exigem a permanente renúncia de seus impulsos naturais. Questionando tal princípio, Winnicott vê a ancoragem ética e social do homem fundada em sua própria vitalidade. Esta última, incluindo em si mesma a agressividade, anseia, segundo ele, pelas resistências bem dosadas oferecidas pelos parceiros sociais. Nesse sentido, os encontros humanos em sua riqueza e variabilidade constituiriam para o autor um campo potencial de incitação recíproca das potências subjetivas, não sendo necessária a submissão do indivíduo a regras coercitivas que viessem confrontar sua natureza para torná-lo um ser de cultura.

Com a recusa da pulsão de morte, parece que Winnicott inaugura também uma noção distinta de sexualidade, não necessariamente disruptiva e anti-social, desde que suficientemente apoiada por espaços que permitam a sua expressão como mais um aspecto da criatividade. Essa mudança me pareceu também crucial quando nos voltamos para uma importante questão do pensamento foucaultiano. Como veremos, Foucault (1976a) nos mostra como o biopoder moderno produz incessantemente um sexo, ligado à morte e ao individualismo, uma força que, no sujeito, se oporia em princípio à vida e à sociabilidade, precisando por isso ser inevitavelmente controlada. Para ele essa produção da sexualidade que a nega como uma experiência em si mesma histórica e social, justifica a permanente vigilância que se exerce intensamente sobre os indivíduos, já que eles, supostamente, carregariam dentro de si uma força tão perigosa. Veremos que, ao contrário disso, para Winnicott, nem o sexo nem a agressividade constituem invariavelmente um problema para a cultura humana, de modo que a recusa do

³Veremos em detalhe que se Winnicott reconhece que a capacidade de frustrar em certo momento a criança é parte fundamental das funções do bom ambiente, confere toda uma ênfase especial ao manejo dessas frustrações de modo tal que possam ser paradoxalmente vividas como parte da área pessoal de criação e portanto em continuidade com as necessidades do indivíduo. Ver nisso a aceitação por parte do autor do desamparo constitutivo é, a meu ver, negar o paradoxo tão caro a ele de um mundo que apesar de “externo” pode, em certas condições, ir ao encontro dos anseios “internos”.

antagonismo indivíduo/ sociedade sendo importante no texto foucaultiano, encontra eco em importantes reflexões winnicottianas.

Percebo que apesar deste ser um trabalho teórico trato aqui a leitura dos textos de Winnicott e de Foucault como verdadeiras experiências. O recurso a esses autores parte de uma insatisfação concreta que sinto diante de contextos sociais que parecem responsabilizar o sujeito por seu próprio destino, negando a importância de um real acolhimento às suas necessidades. Esperei encontrar no primeiro autor as bases de uma prática psicanalítica capaz de se diferenciar dessa tendência social mais geral. A idéia de um sujeito que precisa superar seu narcisismo, impondo a si mesmo a subjetividade do outro para chegar a se constituir, me parecia ter como contrapartida a idéia de que seria preciso também impor-se como alteridade ao outro para chegar a constituí-lo. Essa dinâmica, a meu ver, seria problemática uma vez que pensa em processos de imposição mútua ao invés de buscar as possibilidades reais de encontros satisfatórios, nem sempre possíveis de acontecer. Era como se nesse modelo, que tanto parece valorizar a descontinuidade e a frustração, não houvesse de fato lugar para a falta: limitar o narcisismo aparecia como uma espécie de solução mágica que resolveria com coerções e imposições os difíceis desencontros entre os sujeitos e os impasses de uma cultura que pouco acolhe as singularidades. Na verdade a busca de alternativas para esse modelo é a base de minhas preocupações teóricas, constituindo-se na fonte mais importante para a realização deste estudo.

Na construção de minha argumentação parto, no primeiro capítulo, do entendimento da modernidade e da contemporaneidade. Recorro a Foucault para compreender as formas contínuas de apropriação da vida que o autor desenvolve em sua concepção de biopoder. Na tentativa de acompanhar os desdobramentos mais recentes dessa dinâmica lanço mão das reflexões de Deleuze (1990) sobre a sociedade de controle, de Noami Klein (2002) para abordar a relação desta dinâmica com o capitalismo das marcas, e de Sibilia (2002) para compreender a crescente negação dos limites do corpo na sociedade atual.

Essa última questão em especial me remete estrategicamente à obra de Winnicott, já que este autor resgata o corpo, entendendo-o por um lado como sendo permanentemente construído nas relações com o mundo e com os outros, mas por outro lado reconhecendo-o como realidade concreta que coloca limites reais às solicitações externas que possam ser feitas ao indivíduo. Para o autor são

esses limites relacionados a uma subjetividade encarnada que sustentam a necessidade de um ambiente facilitador que dê suporte aos processos naturais da vida criativa.

Castel (1998) e Baumann (2005) são também usados nessa primeira parte do trabalho na medida em que abordam a recente banalização do desamparo que acompanha a intensificação dos mecanismos de controle. Refazendo a história da emergência das proteções sociais e de sua recente fragilização, esses dois autores nos permitem compreender como a autonomia do indivíduo foi paradoxalmente negada e afirmada desde a modernidade, confundindo-se várias vezes com sua vulnerabilidade na medida em que o sujeito foi deixado a mercê de si mesmo. O paradoxo apontado por Castel de que a individualidade foi tanto mais livre ao longo da história quanto mais se baseou em suportes sociais concretos, aponta para o paradoxo Winnicottiano de que a autonomia e separação do indivíduo em relação aos contextos de cuidado e facilitação supõe um ambiente suficientemente consistente que sobreviva ao processo de diferenciação, sem deixar o sujeito desamparado.

No segundo capítulo procuro sistematizar mais claramente as contribuições de Winnicott a partir das questões suscitadas pelos impasses do contemporâneo tratados na primeira parte. Com sua concepção da agressividade como parte da vitalidade criativa e sua forma original de compreender o corpo e as tendências naturais humanas, ele nos permite questionar tanto o desamparo constitutivo quanto a centralidade das coerções sociais reguladoras, abalando assim algumas crenças fundamentais de nosso tempo. Acompanhando as várias modalidades de relação entre o self e o mundo, construídas ao longo do desenvolvimento e conservadas ao longo da vida – o objeto subjetivo, a experiência transicional e o uso de um objeto – em nenhuma delas vemos a marca da descontinuidade e da falta na relação entre o indivíduo e seu ambiente. A experiência de uma continuidade possível no setting analítico é por sua vez relacionada à construção de alternativas que podem ser vislumbradas também na esfera política e social mais ampla.

No último capítulo tento elaborar uma aproximação entre a ética em Winnicott, como uma aquisição do indivíduo fruto da expressão plena de sua própria vitalidade, e a última fase do pensamento de Foucault, na qual ele procura pensar a subjetividade em sua possível força de resistência diante dos atuais

atravessamentos do poder. Procuro mostrar como, para esse último autor, a prática do cuidado de si e da amizade tem sua origem não num contexto de privação, mas a partir do suporte relacional e social que os indivíduos podem proporcionar uns aos outros, o que muito o aproxima da compreensão de Winnicott sobre a importância do ambiente facilitador. Veremos que também para o psicanalista inglês são as relações satisfatórias que permitem a formação de um ego forte, capaz de se preocupar consigo e com o outro, desviando-se de relações violentas ou disruptivas e buscando aqueles espaços de acolhimento mútuo e incitação recíproca das potências vitais.

Por fim, nesse último capítulo faço também uma discussão entre, por um lado, a ênfase colocada por Foucault na possibilidade do sujeito desprender-se de si mesmo e reinventar-se permanentemente tornando-se “outro” e, por outro, a necessidade, sinalizada por Winnicott, de uma experiência de estabilidade e continuidade do self para a emergência dos processos criativos. Se o psicanalista inglês não despreza a mudança contínua do sujeito em suas relações com o mundo, ele aponta para um interjogo sutil entre a transformação e a permanência de si, interjogo este que precisaria ser levado em conta pelo ambiente facilitador. Veremos como essa última questão, apontando talvez para o que poderíamos chamar de uma divergência entre os dois autores, adquire importância na atualidade na medida em que a antiga fixidez identitária da subjetividade moderna é substituída por um ideal de transformação infinita de si que tampouco parece deixar os sujeitos mais livres.